

abril

BOLETIM

2021

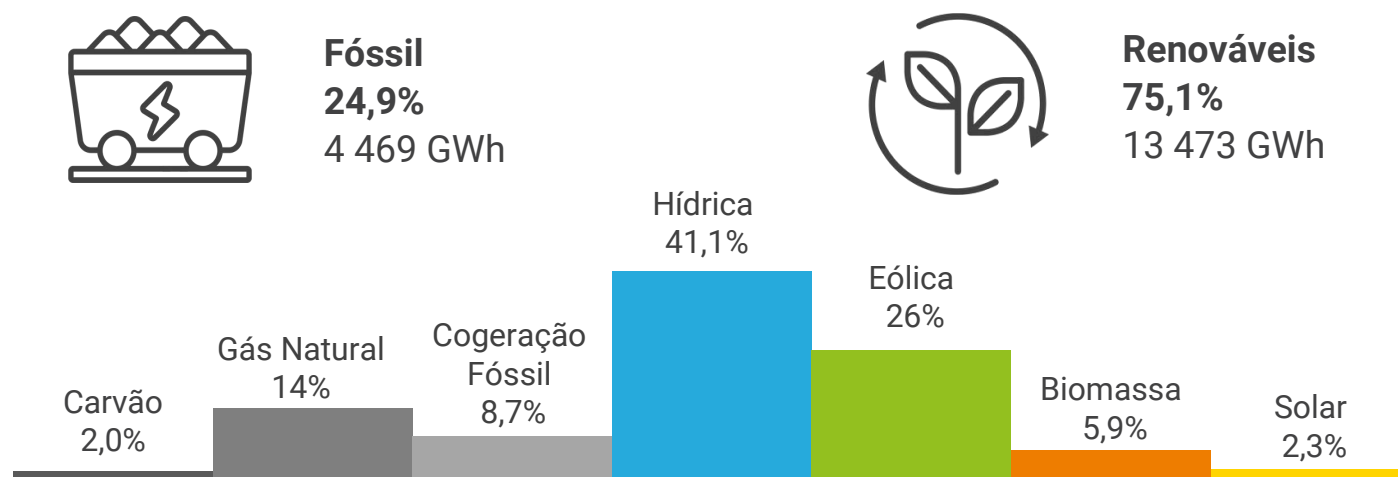
Eletricidade Renovável



APREN Associação de Energias Renováveis

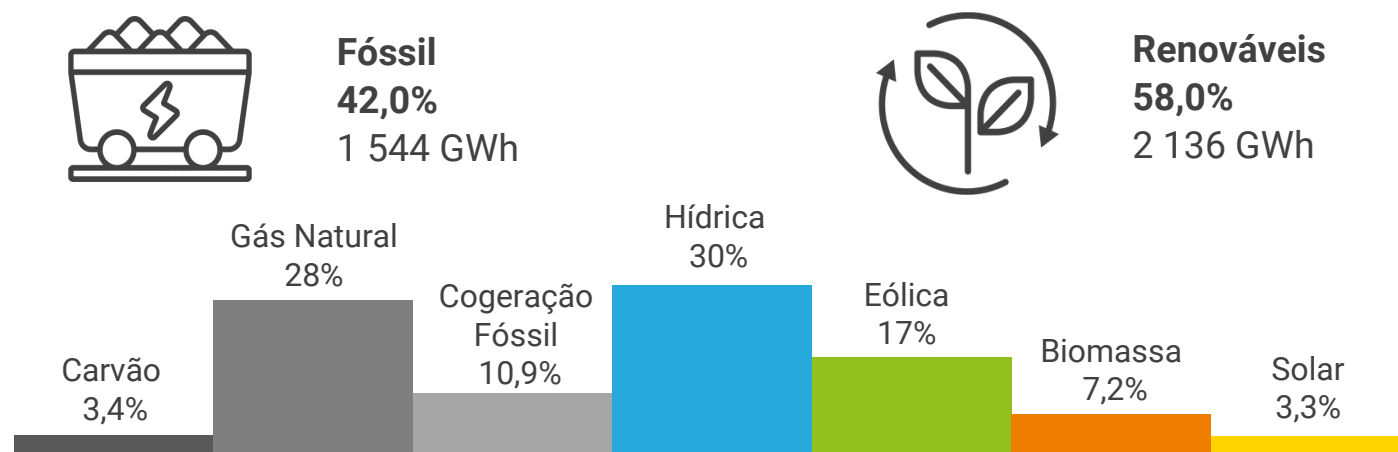
Sumário Executivo

Acumulado abril 2021 (jan-abr)



Fonte: REN, Análise APREN

Abril 2021



Fonte: REN, Análise APREN

Indicadores do setor elétrico (acumulado jan-abr)

 **17 942 GWh**
Geração

 **39,4 €/tCO₂**
Preço CO₂

 **49,8 €/MWh**
Preço MIBEL PT

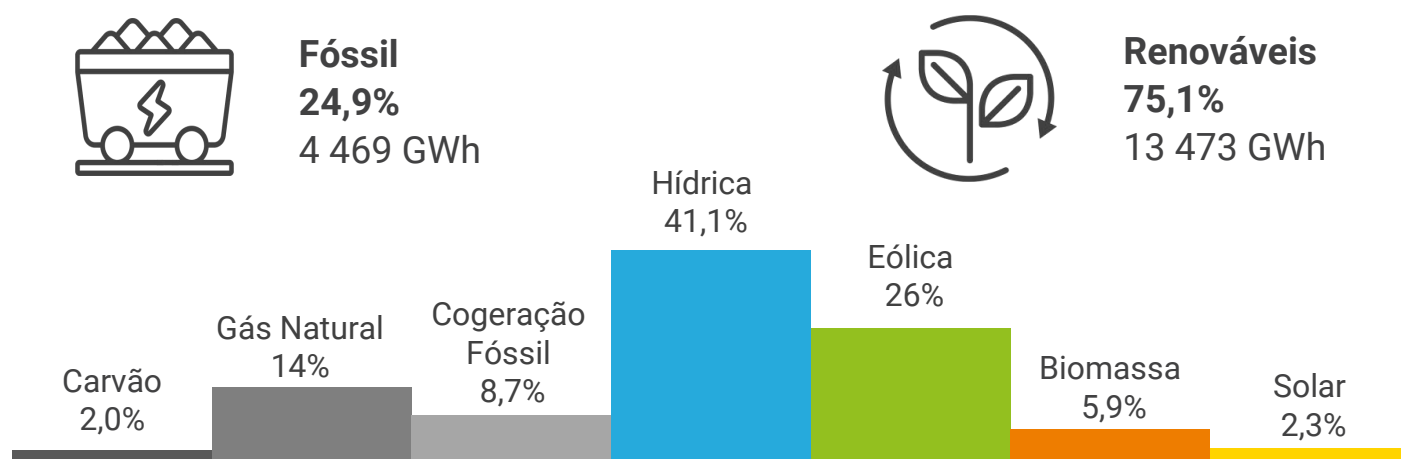
 **1,8 MtCO₂eq**
Emissões CO₂

 **-397 GWh**
Saldo importador

 **100 gCO₂eq/kWh**
Emissões específicas CO₂

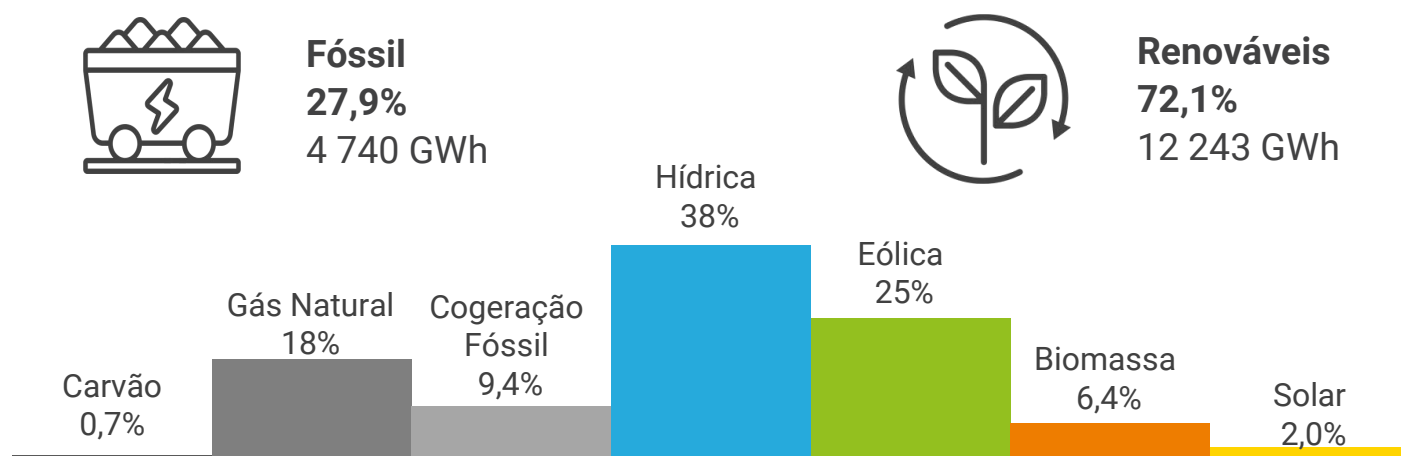
Geração de Eletricidade: Portugal Continental

Acumulado abril 2021 (jan-abr)



Fonte: REN, Análise APREN

Acumulado abril 2020 (jan-abr)



Fonte: REN, Análise APREN

Principais indicadores

 **17 942 GWh**
Total de geração

 **5,3 %**
face a abr 2020

 **0,93**
Índice eolicidade

 **75,1 %**
Incorporação renovável

 **3,0 %**
face a abr 2020

 **1,18**
Índice hidraulicidade

 **17 545 GWh**
Consumo¹

 **1,0 %**
face a abr 2020

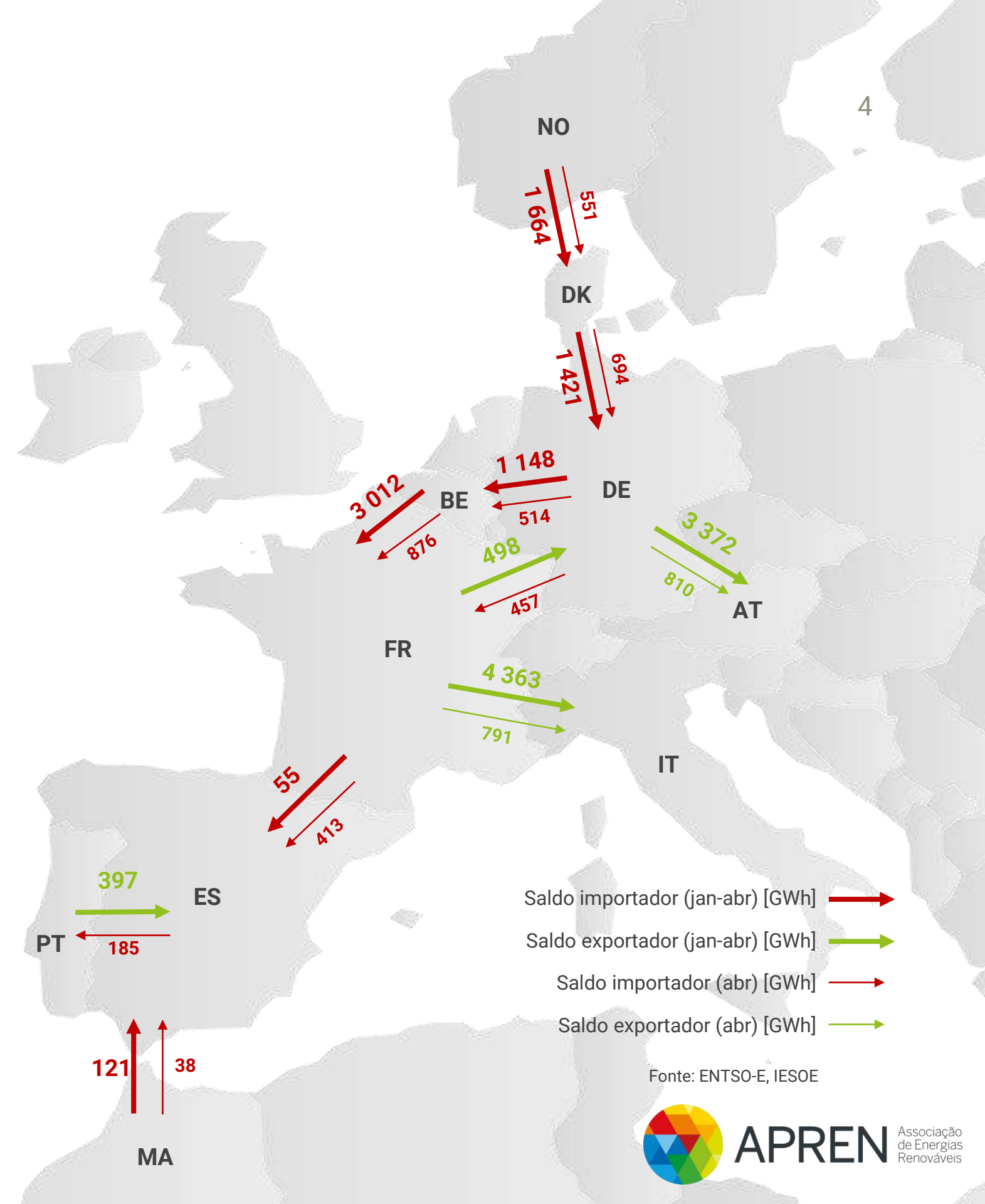
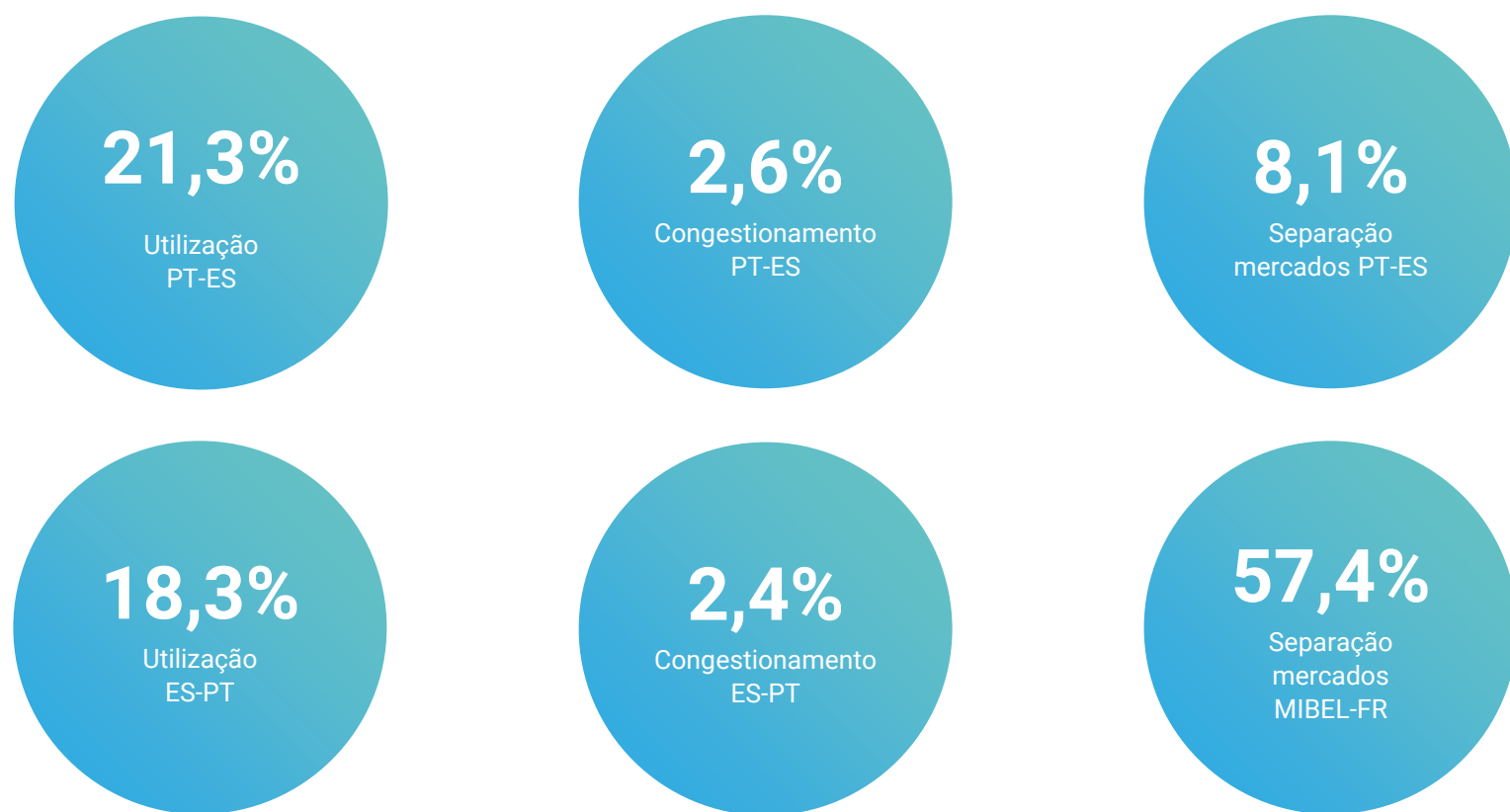
¹Consumo refere-se à geração líquida de energia das centrais, considerando o saldo de importação-exportação.
Fonte: REN, Análise APREN

Trocas internacionais

Entre os dias 1 de janeiro e 30 de abril de 2021, o sistema elétrico de Portugal Continental registou importações de eletricidade equivalentes a 1 965 GWh e exportações de 2 362 GWh, tendo Portugal sido exportador com um saldo de -397 GWh.

Fonte: REN, Análise APREN

Principais indicadores da interligação PT-ES



Fonte: ENTSO-E, IESOE

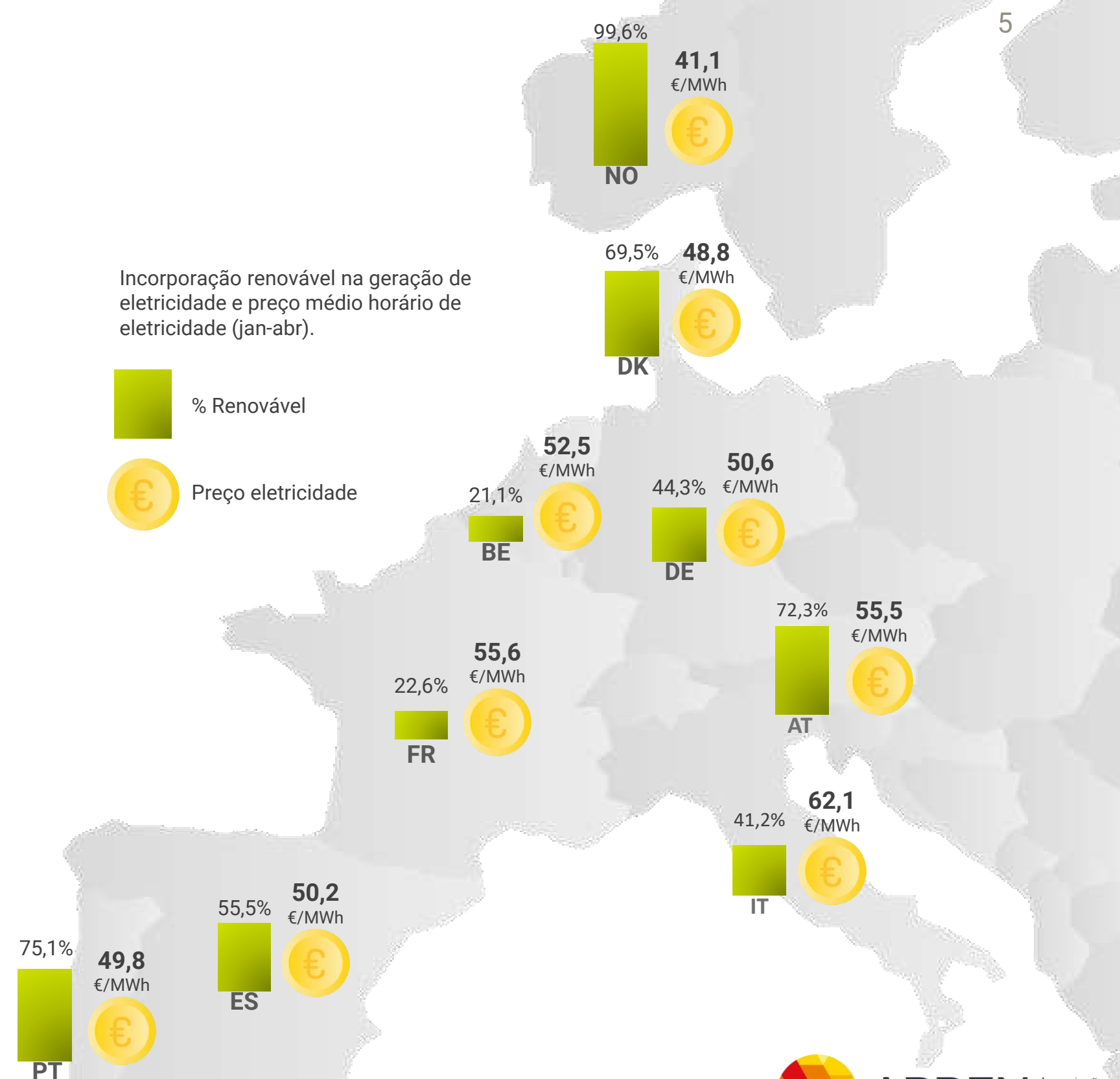
Mercado de Eletricidade Acumulado - Europa

Entre 1 de janeiro e 30 de abril de 2021, registou-se um preço médio horário no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) em Portugal de 49,8 €/MWh², resultado da elevada incorporação renovável, sendo o terceiro preço mais reduzido, comparativamente aos restantes países apresentados à direita. Portugal foi o segundo país com maior incorporação renovável na geração de eletricidade, ficando atrás da Noruega que obteve 99,6 % a partir de FER.

Na presente análise foram apenas considerados os principais mercados europeus, para termos um panorama representativo de comparação.

²Média aritmética dos preços horários

Fonte: ENTSO-E, OMIE, Análise APREN



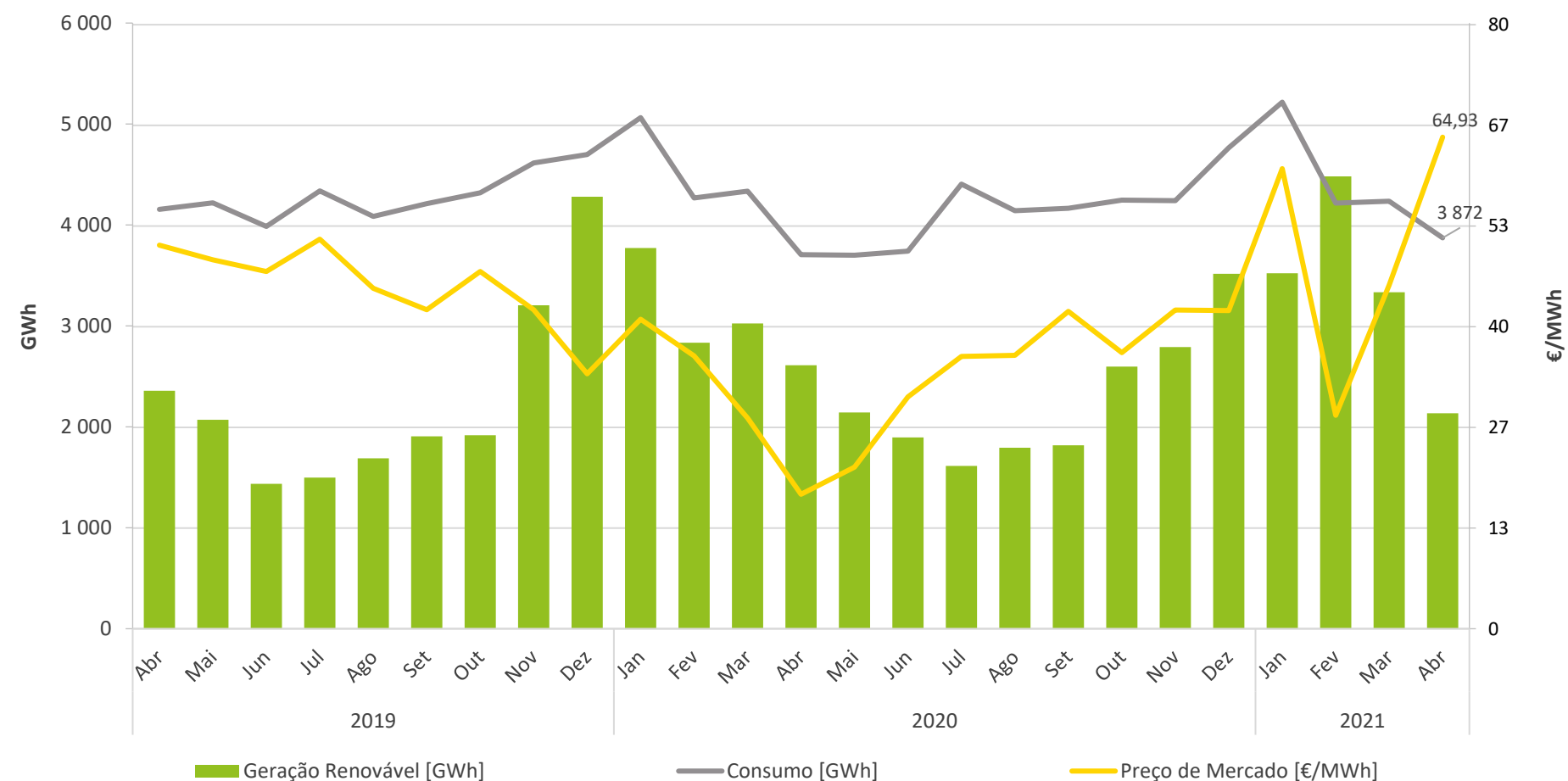
Fonte: REN, Fraunhofer, REE, Terna, National Grid, ENTSO-E, Análise APREN

Mercado de Eletricidade Acumulado - Portugal

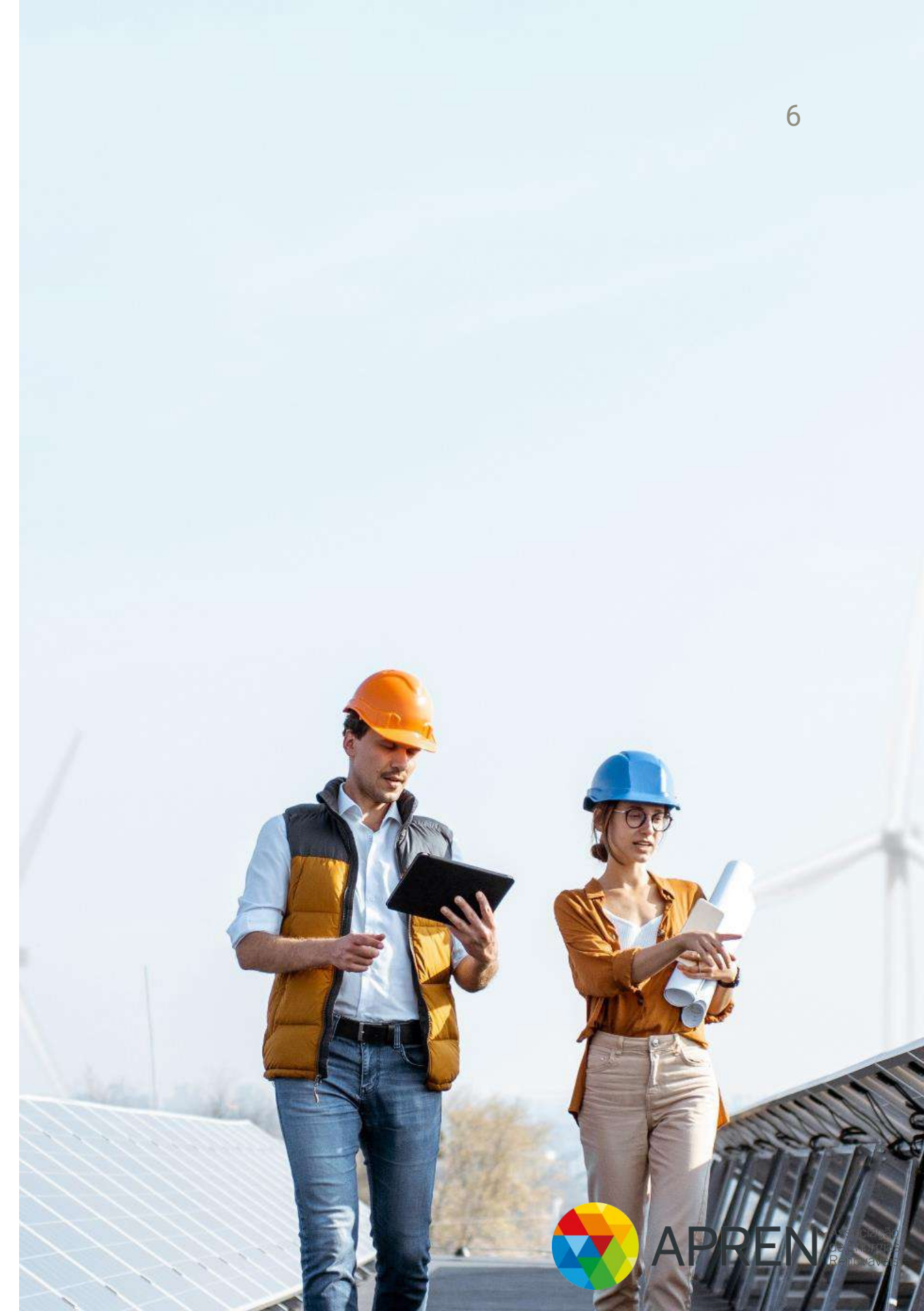
Entre 1 de janeiro e 30 de abril de 2021, o preço médio horário registado no MIBEL em Portugal (49,8 €/MWh²) representa um aumento de 62,6 % face ao período homólogo do ano passado.

No mesmo período foram registadas 944 horas não consecutivas em que a geração renovável foi suficiente para suprir o consumo de eletricidade de Portugal Continental, com um preço horário médio no MIBEL de 33,10 €/MWh.

²Média aritmética dos preços horários
 Fonte: OMIE, Análise APREN



Preço de mercado, consumo de eletricidade e geração renovável (abr-2019 a abr-2021).
 Fonte: OMIE, REN, Análise APREN

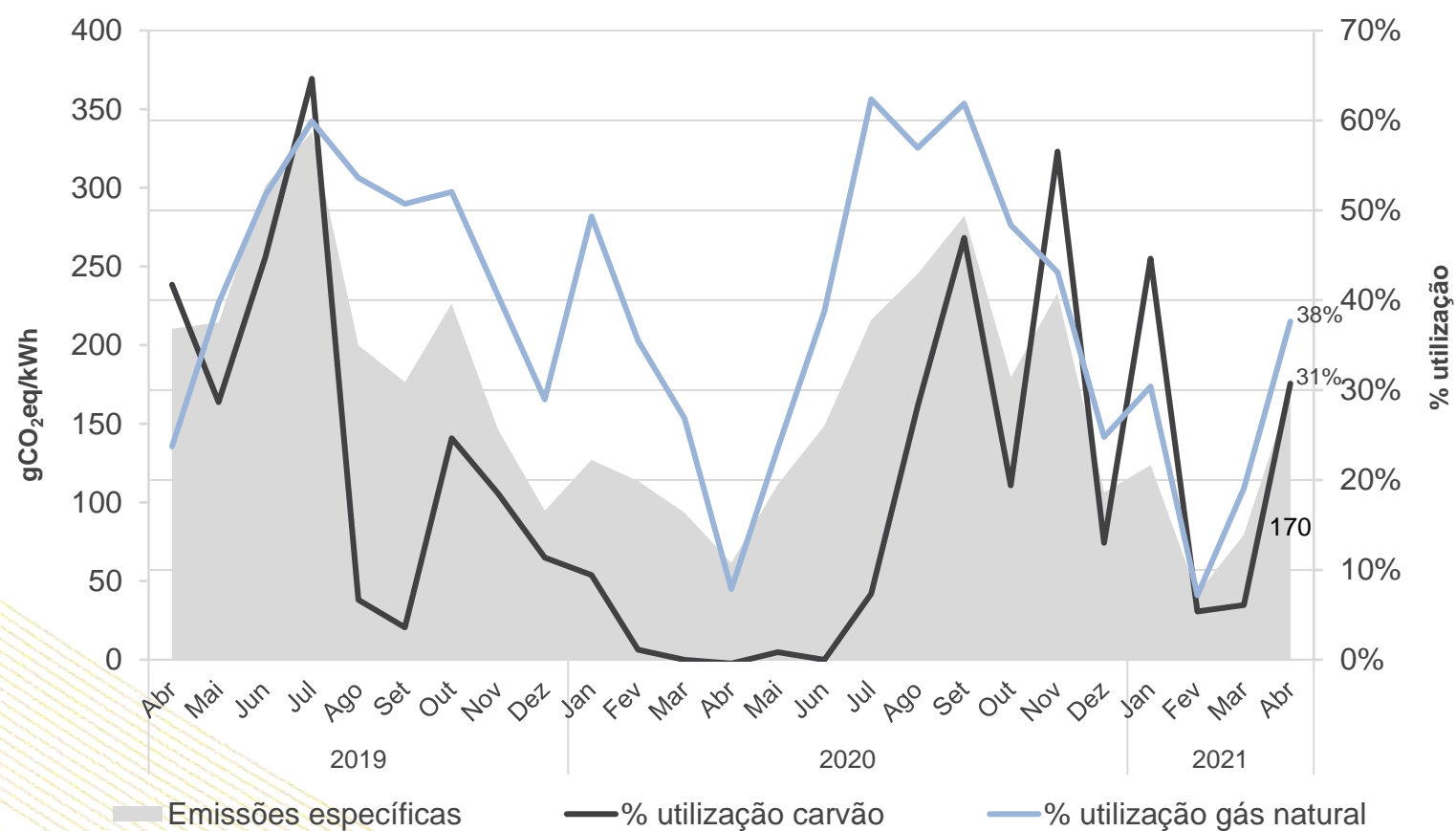


Emissões do setor electroprodutor

Entre 1 de janeiro e 30 de abril de 2021, as emissões específicas atingiram um total de 100 gCO₂eq/kWh, enquanto o total de emissões provenientes do setor electroprodutor atingiu as 1,8 MtCO₂eq, das quais 0,6 MtCO₂eq correspondem ao mês de abril.

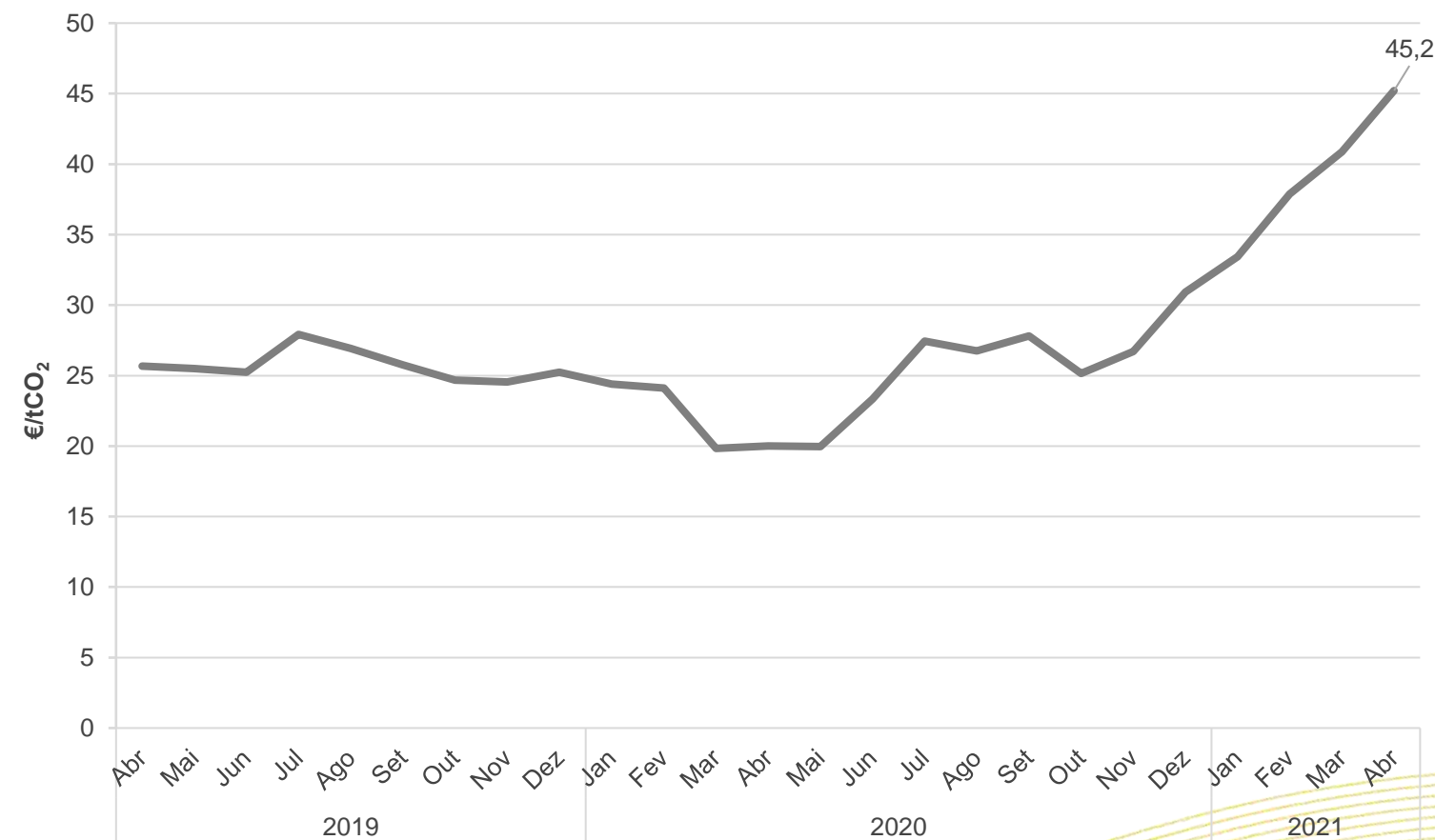
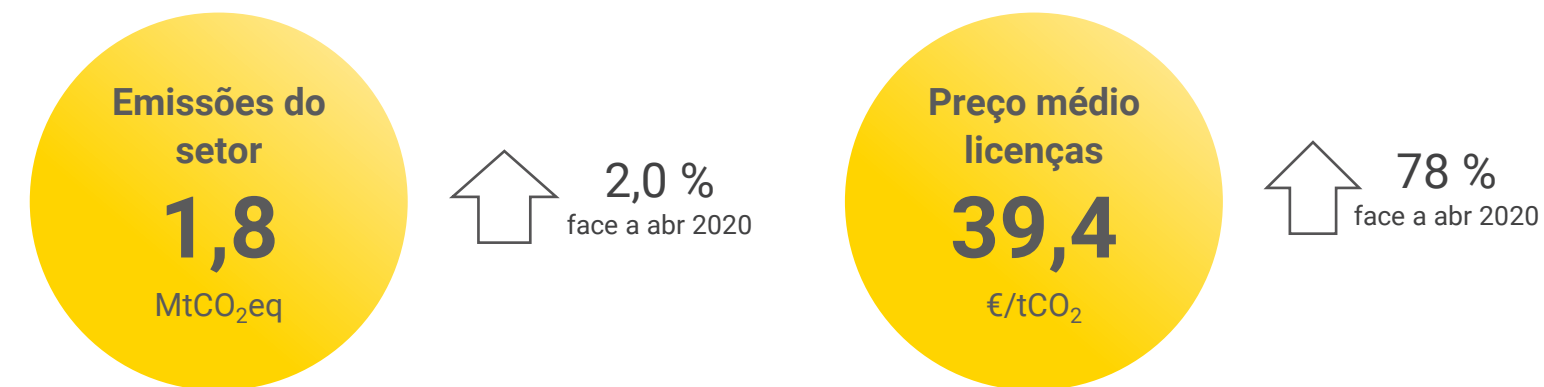
Desde o início do ano, o Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO₂ (CELE), registou um preço médio de 39,4 €/tCO₂ o que representa um aumento de 78 % face ao período homólogo de 2020. Este mês foi registado o preço médio mais alto de sempre (45,2 €/tCO₂), sendo mais do dobro do preço verificado em abril de 2020.

Fonte: SendeCO2



Emissões específicas do setor elétrico de Portugal Continental, % utilização de centrais a carvão e gás natural de abr-2019 a abr-2021.

Fonte: REN, DGEG, ERSE, Análise APREN



Preço das licenças de CO₂ de abr-2019 a abr-2021. Fonte: SendeCO2.

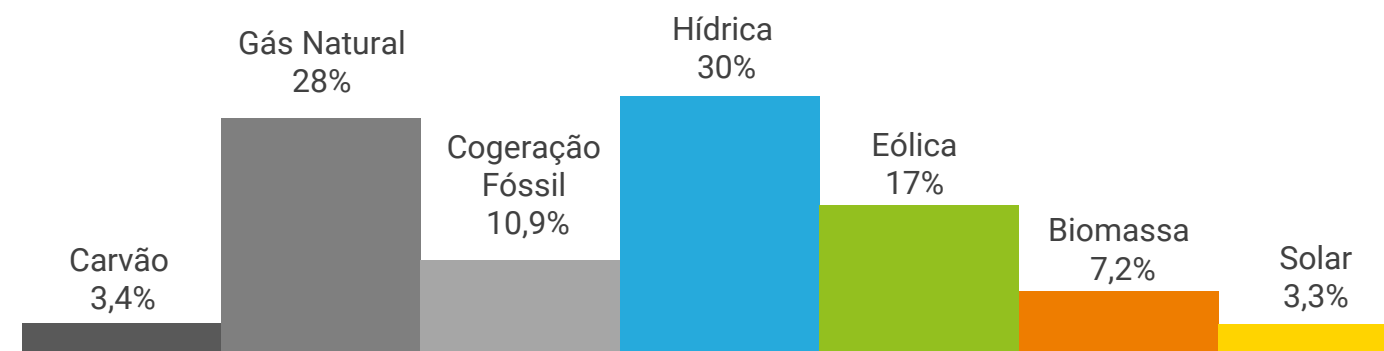
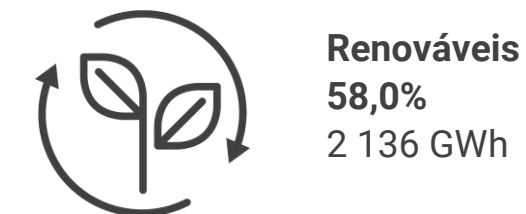
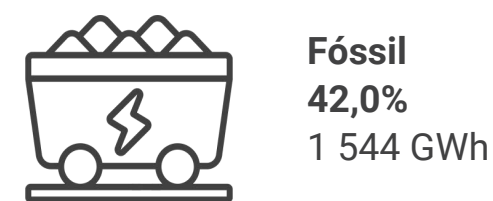
Análise mensal em Portugal: abril

No mês de abril, a geração de eletricidade renovável representou 58,0 % do total de eletricidade gerada em Portugal Continental (3 680 GWh). Abril registou um total de 33 horas não consecutivas em que a geração renovável foi suficiente para suprir o consumo de eletricidade de Portugal Continental, com um preço horário médio no MIBEL de 71,30 €/MWh.

No que se refere às trocas internacionais de abril, salienta-se que Portugal Continental foi importador, registando um saldo de 192 GWh, uma redução significativa face ao saldo importador verificado em abril de 2020 (511 GWh).

Fonte: REN, Análise APREN

Indicadores do setor elétrico

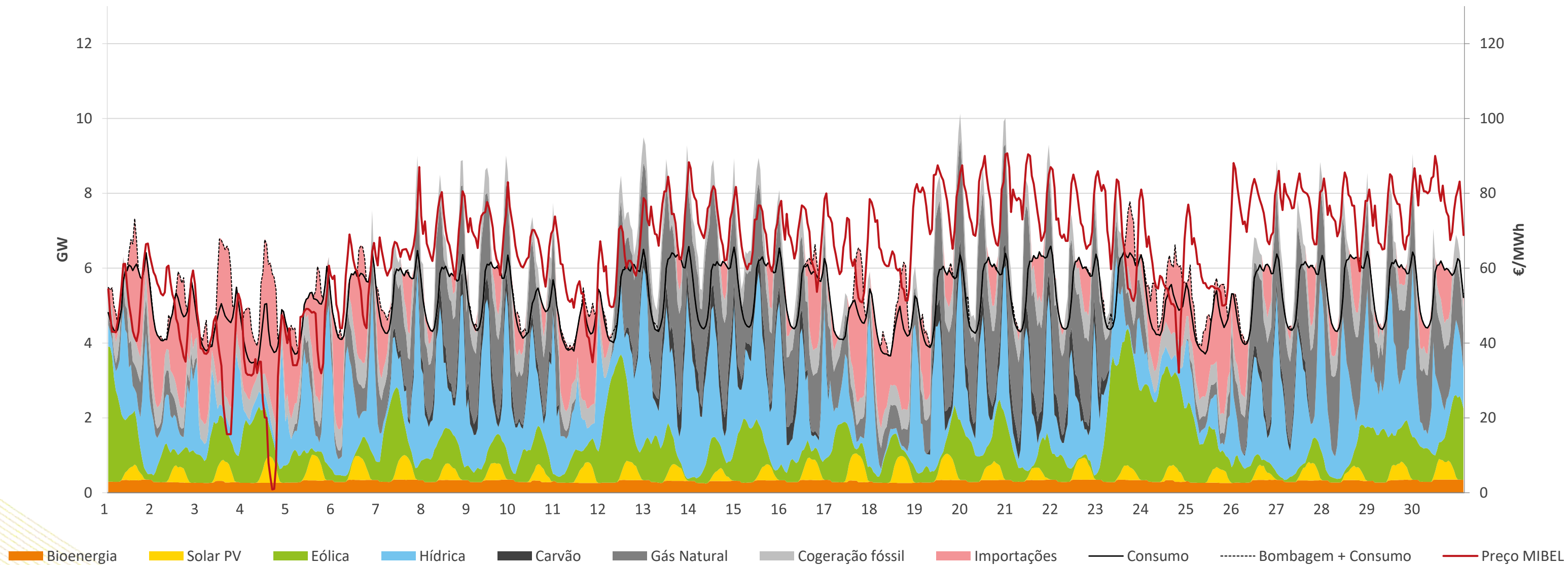


Fonte: REN, Análise APREN

Fonte: REN, Análise APREN

Análise mensal em Portugal: abril

Diagrama de carga do mês de abril 2021



Fonte: REN, Análise APREN

Análise mensal do mercado: abril

Mercado de eletricidade na Europa

Durante o mês de abril de 2021, registou-se um preço médio horário no MIBEL em Portugal de 64,93 €/MWh, o que representa quase o quádruplo do preço verificado em abril de 2020. Em Portugal e Espanha registou-se um preço mínimo horário no MIBEL de 0,90 €/MWh

Dos países apresentados à direita, o preço mais baixo verificado foi de -60,00 €/MWh na Bélgica, sendo que também a Alemanha, Áustria, Dinamarca e França apresentaram preços mínimos horários negativos. O preço máximo horário mais elevado foi registado em França, atingindo os 163,77 €/MWh.

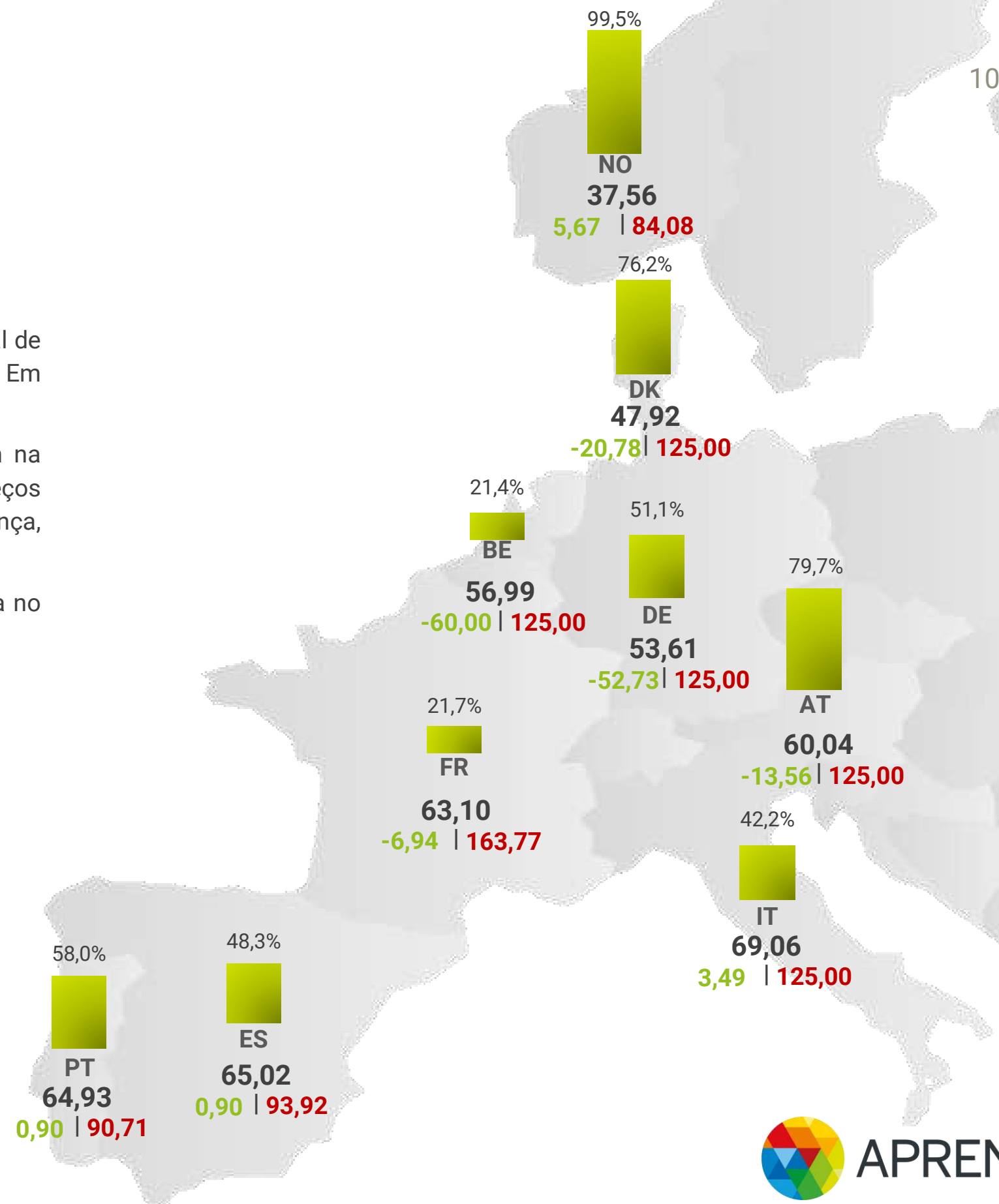
Na presente análise foram apenas considerados os países europeus com maior influência no mercado em Portugal.

Fonte: ENTSO-E, IESOE, Análise APREN

Preços em €/MWh

- Máximo
- Mínimo
- Médio

Fonte: ENTSO-E, IESOE



Análise mensal do mercado: abril

Mercado de eletricidade em Portugal



Serviço Ambiental

Nos indicadores abaixo estão identificadas as poupanças alcançadas entre 1 de janeiro e 30 de abril de 2021 em combustíveis fósseis, emissões de CO₂ e licenças de emissão CO₂, resultantes da incorporação renovável na geração de eletricidade.

Esta análise baseia-se no pressuposto de que, na ausência de renováveis, a produção seria assegurada primeiramente pelo gás natural, seguido do carvão e por fim o recurso a importações.

As renováveis evitaram...

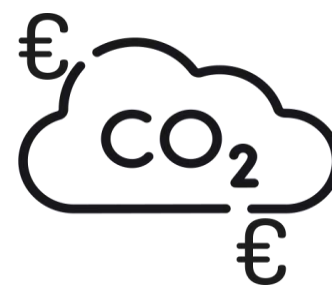


333 M€

Combustíveis fósseis importados (jan-abr)

74 M€

Combustíveis fósseis importados (abr)

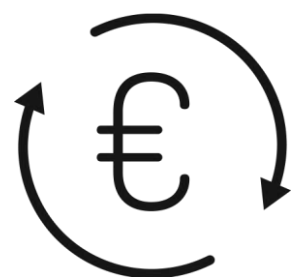


4,7 MtCO₂eq

Emissões CO₂ (jan-abr)

0,9 MtCO₂eq

Emissões CO₂ (abr)



179 M€

Eletricidade importada (jan-abr)

13 M€

Eletricidade importada (abr)



165 M€

Licenças CO₂ (jan-abr)

39 M€

Licenças CO₂ (abr)

Fonte: REN, SendeCO2, WorldBank, DGEG, ERSE, Análise APREN.

Nota1: Para a estimativa da poupança em combustíveis fósseis importados foram considerados os preços do carvão até novembro de 2019, por indisponibilidade de dados.

Nota2: Para a estimativa da poupança em eletricidade importada foi considerado o preço médio no mercado MIBEL.

Política e Regulação Europeia

Lei Climática Europeia

O Parlamento e o Conselho Europeu chegaram a um acordo provisional sobre a Lei Climática Europeia, que introduz o objetivo de neutralidade climática para 2050. Foi acordada a necessidade de atribuir prioridade à redução de emissões face às remoções, e nesse sentido foi decidida a introdução de um limite de remoções de 225 MtCO₂eq para o alcance da meta.

Ato Delegado sobre as Regras de Taxonomia da UE para atividades sustentáveis

No dia 21 de abril foi publicado pela Comissão Europeia (CE) o [primeiro ato delegado sobre atividades sustentáveis para os objetivos de mitigação e adaptação climática](#), acompanhado pela comunicação [“EU Taxonomy, corporate sustainability reporting, sustainability preferences and fiduciary duties: Directing finance towards the European Green Deal”](#).

Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO₂

Ursula von der Leyen, anunciou numa cimeira de líderes mundiais que o Comércio Europeu de Licenças de Emissão de CO₂ (CELE) irá ser expandido para novos setores, nomeadamente para os edifícios e transportes. Por outro lado, Diederik Samson, chefe do gabinete do gabinete do Pacto Ecológico Europeu, afirmou que está a ser considerado um mecanismo CELE para os transportes e edifícios adjacente ao CELE existente.

Leak da revisão da RED II

Foi publicada a possível definição de hidrogénio renovável no âmbito da revisão da Diretiva da Energia Renovável RED III. O hidrogénio para ser considerado como fonte de energia renovável deve garantir um conjunto de critérios como o princípio de adicionalidade comprovado não só pelo estabelecimento de PPA's e Garantias de Origem, mas também pela entrada em operação de novas centrais renováveis num espaço temporal não superior a 12 meses da instalação dos eletrolisadores; a localização deve ser limitada às *bidding zones* e a central renovável de abastecimento não pode ter tido apoios ao investimento. Esta definição ainda se encontra em discussão.

Política e Regulação Nacional

Bioenergia

No dia 1 de abril foi publicada a [Portaria n.º 76/2021](#), que estabelece os elementos instrutórios dos pedidos de licença de produção e de licença de exploração das centrais a biomassa.

Regras de transição para a remuneração alternativa prevista no Decreto-Lei n.º 35/2013

No dia 15 de abril foi publicado o [Despacho n.º 5/DGEG/2021](#) da Direção-Geral de Energia e Geologia, sobre as regras de transição para a remuneração alternativa prevista no Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, quando a mesma respeite a apenas parte da energia total produzida em central eólica com entrada em exploração escalonadas no tempo ao abrigo de licenciamentos sucessivos.

Infraestruturas do setor do gás

No dia 14 de abril foi publicado o [Regulamento n.º 341/2021](#) da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) que aprova o Regulamento de Operação das Infraestruturas do setor do gás e revoga o Regulamento n.º 417/2016.

Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC)

No dia 15 de abril foi publicado o [Regulamento n.º 343/2021](#) da ERSE que aprova o PPEC.

Incentivos a veículos de baixas emissões

No dia 26 de abril foi publicado o [Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2021/A](#) para a Região Autónoma dos Açores, que regulamenta a atribuição de incentivos financeiros para a introdução no consumo de veículos elétricos novos bem como a atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de pontos de carregamento de veículos elétricos e fixar os valores e as condições para a atribuição dos incentivos financeiros.

Barómetro Europeu



Lei Climática Europeia

O Parlamento e o Conselho Europeu chegaram a um acordo provisional sobre a Lei Climática Europeia, que introduz o objetivo de neutralidade climática para 2050.



Ato Delegado sobre as Regras de Taxonomia da UE para atividades sustentáveis

No dia 21 de abril foi publicado pela Comissão Europeia (CE) o primeiro ato delegado sobre atividades sustentáveis para os objetivos de mitigação e adaptação climática, acompanhado pela comunicação “EU Taxonomy, corporate sustainability reporting, sustainability preferences and fiduciary duties: Directing finance towards the European Green Deal”.



Leak da revisão da RED II

Foi publicada a possível definição de hidrogénio renovável no âmbito da revisão da Diretiva das Energias. O hidrogénio para ser considerado como fonte renovável deve garantir um conjunto de critérios.

Barómetro Nacional



Encargos suportados pelos PRE em mercado

Foi publicada a Diretiva n.º 5/2021 da ERSE, que aprova a definição do parâmetro de encargos suportados pela PRE no âmbito da norma transitória do artigo 8.º do DL n.º 76/2019.



Avaliação e Tributação em IMI de centrais eólicas e solares

Foi publicada a Circular n.º 2/2021 da Autoridade Tributária, segundo a qual as centrais eólicas e solares preenchem os requisitos subjacentes ao conceito de prédio, para efeitos fiscais.



Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade

Foi publicada a Resolução da Assembleia da República, que recomenda ao Governo a efetivação urgente das recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.



Regras de transição para a remuneração alternativa prevista no Decreto-Lei n.º 35/2013

Foi publicado o Despacho n.º 5/DGEG/2021 da DGEG, sobre as regras de transição para a remuneração alternativa prevista no Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, quando a mesma respeite a apenas parte da energia total produzida em central eólica com entrada em exploração escalonadas no tempo ao abrigo de licenciamentos sucessivos.

APREN | Departamento Técnico e Comunicação

Av. Sidónio Pais, nº 18 R/C Esq.
1050-215 Lisboa, Portugal

(+351) 213 151 621
www.apren.pt



APREN Associação
de Energias
Renováveis